

# Os Outros da Colonização

Ensaios sobre  
o colonialismo tardio  
em Moçambique

Cláudia Castelo  
Omar Ribeiro Thomaz  
Sebastião Nascimento  
Teresa Cruz e Silva  
(organizadores)

**ICS** Imprensa  
de Ciências  
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa – Portugal  
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

[www.ics.ul.pt/imprensa](http://www.ics.ul.pt/imprensa)  
E-mail: [imprensa@ics.ul.pt](mailto:imprensa@ics.ul.pt)

*Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação*

Os outros da colonização : ensaios sobre o colonialismo tardio  
em Moçambique / (organizadores) Cláudia Castelo... [et. al].

I. Castelo, Cláudia, 1970- II. Thomaz, Omar Ribeiro. III. Nascimento, Sebastião.

IV. Silva, Teresa Cruz - Lisboa : ICS.

Imprensa de Ciências Sociais, 2012. - 361 p. ; 23 cm

ISBN 978-972-671-303-6

História colonial / Colonialismo português / Pós-colonialismo /  
Guerra colonial / Moçambique

CDU 325

CDU 94(469)

CDU 94(679)



Capa e concepção gráfica: João Segurado

Revisão: Levi Condinho

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos

Depósito legal: 350089/12

1.ª edição: Outubro de 2012

## Capítulo 13

# Mulheres portuguesas em Moçambique: outras memórias da Guerra Colonial

Quando falamos «dos outros da colonização» assumimos de imediato uma sociedade dividida entre colonizados e colonizadores e simultaneamente construímos uma hierarquia de colonizadores, estabelecida provavelmente por parâmetros ligados à maior ou menor permanência no território colonial, à manifestação explícita da ideia de pertença àquele território. Contudo, pela relação política que o termo «colonização» instaura – evocando a subalternização de uma parte significativa da população – a designação «os outros da colonização» – pelo eco que a palavra «outro» neste contexto também evoca – não aponta seguramente para o grupo principal dos colonizadores, mas antes para aqueles que, por condição social, económica ou de género, de certa forma estiveram na margem do grupo de colonizadores, e eventualmente até hoje no silêncio, relegados ou refugiados nessa condição habitualmente enunciada como «outro». No entanto este «outro da colonização», e ainda que sujeito a outros sistemas de dominação (o patriarcado, por exemplo) é parte do sistema dominante referido, e, como tal, sujeito que exerce o poder como «colonizador».

O grupo que me proponho abordar é um grupo diminuto, ligado ao colonialismo tardio em Moçambique, na verdade um colonialismo que continua já em plena pós-modernidade, e cuja expressão final assumiu a forma de uma guerra. Uma Guerra Colonial que durou treze anos (1961-1974, começando em Angola e espalhando-se depois à Guiné-Bissau e a Moçambique) e que é simultaneamente a última expressão desse colonialismo tardio e o início do processo de descolonização. A sua longevidade, o compromisso com as populações locais que ela gerou com a mobilização de grandes contingentes designados por «indígenas» no exército

colonial, bem como a não-assunção, por parte do regime colonial, de um estado de guerra, gerou o pacto de esquecimento sobre a Guerra Colonial sobre o qual se construiu a jovem democracia portuguesa e comprometeu inevitavelmente os futuros países independentes. Proponho-me assim tratar das mulheres portuguesas que acompanharam os seus maridos em missão na Guerra Colonial em Moçambique. Assim, dentro do heterógeneo grupo dos «outros da colonização», este grupo específico e feminino será também o portador de histórias dos «outros» da Guerra Colonial, ou, mais precisamente, das «outras» vozes, olhares, testemunhos da guerra, feitos a partir de uma certa margem.

Lídia Jorge, uma escritora que registou ficionalmente a experiência feminina da Guerra Colonial em Moçambique em *A Costa dos Murmúrios* (1988), refere numa entrevista que, quando chegou à Beira, em Moçambique, um militar fez a seguinte observação: «Só os cartagineses levavam as mulheres para a guerra – e agora, os Portugueses» (Pedrosa 1988, 10). Questões imediatas se colocam à provocadora afirmação do militar: por que razão esta situação de excepção das mulheres portuguesas? Será realmente verdadeira? Será assim tão inédita a ida de mulheres em acompanhamento dos seus maridos para a guerra, nomeadamente para as guerras coloniais europeias do século XX travadas a sul? Como fizeram os franceses, os ingleses, os belgas, por exemplo?

Estudos clássicos na área de estudos de mulheres, datados dos anos 70, lançaram a questão de se as Grandes Guerras teriam sido apenas um empreendimento masculino (Higonnet *et al.* 1987, 3). Olhando para as periferias destas guerras, encontraram as mulheres: em casa, na chamada *homefront*, nas fábricas de munições, nas enfermarias dos hospitais militares, na resistência, nos serviços militares, bem como nos locais de prostituição ou vítimas de violações. E ainda, na propaganda institucional, ora estimulando os homens a marchar, ora apontadas como o símbolo a defender pelos homens na frente de guerra. Mas encontraram-nas também e sobretudo no pós-guerra, em que o próprio discurso de militarismo que alimenta a guerra, com a sua marca de masculinidade, protectora das «mulheres e crianças», como se dizia na propaganda, é substituído por um discurso integrador que contempla a relação entre homem e mulher como a base da sociedade de paz que se quer construir. Estudos mais recentes nesta mesma área têm vindo a lançar um olhar conjugado entre mulher e guerra, elaborando completos catálogos das diversas situações da mulher na guerra, analisando as transformações que a guerra traz às suas vidas e às famílias a elas ligadas e estudando situações bélicas específicas da Europa à África, da guerra civil americana à guerra

na Jugoslávia ou no Darfur, Sudão. Em nenhum destes estudos se encontra referência à situação de ida de mulheres em acompanhamento dos maridos na guerra, o que me leva a pensar que pelo menos, devido à singularidade da situação portuguesa, seria natural que nela falássemos, que a contabilizássemos e que a estudássemos. Mas, de uma forma ou de outra, antes ou depois do 25 de Abril de 1974, praticamente não se fala daquelas mulheres que, como as cartaginesas já faziam de acordo com a afirmação do militar a Lídia Jorge, acompanharam os seus maridos, geralmente militares graduados de carreira ou oficiais milicianos. Quantas foram as mulheres portuguesas envolvidas nesta partida? Como foram afinal estas mulheres? Que razões as levaram a ir? Que papel tiveram estas mulheres no esforço de guerra?

Na sociedade portuguesa contemporânea à Guerra Colonial, as ocupações da mulher directamente relacionadas com a guerra ligavam-se a tarefas de apoio,<sup>1</sup> fosse através de instituições criadas para o efeito como a secção feminina da Cruz Vermelha, presidida por Amélia Pitta e Cunha, ou o Movimento Nacional Feminino, liderado por Cecília Supico Pinto e criado na sequência do rebentamento da guerra em Angola, em 1961. Mesmo a ida de mulheres para o espaço de guerra, como aconteceu com as enfermeiras pára-quadistas da Força Aérea,<sup>2</sup> na Guerra Colonial, ou as enfermeiras que acompanharam o Corpo Expedicionário Português (CEP) na I Guerra Mundial, obedecia a esta lógica de apoio, reservada às mulheres. Mas esta era uma situação de excepção. A manutenção do mito de que a guerra era tarefa de homens possibilitava uma certa estabilidade social, cara ao regime que promovia o conflito. O estímulo que era esperado das mulheres era portanto o de apoiar a guerra e, com ela, a ida dos homens, maridos ou filhos, para África, e o seu bem-estar lá. No entanto, em Portugal não assistimos a campanhas maciças de propaganda, mas nas publicações do Movimento Nacional Feminino,

<sup>1</sup> Desde a I Guerra Mundial que elas se organizavam em associações, cuja função poderia resumir-se numa palavra – «assistir». «Assistir, educar e angariar fundos», mas também «assistir ao embarque dos soldados, assistir aos feridos, assistir as famílias dos mobilizados, assistir na medida do possível aos que ficavam dramaticamente presos nas fronteiras da Alemanha» (citado em Pimenta 1989, 81), como fizeram as mulheres portuguesas ligadas à Cruzada da Mulher Portuguesa e à Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra, ambas surgidas na sequência da proclamação do estado de guerra em Março de 1916. Foi destas últimas a criação das «Madrinhas de Guerra», em Abril de 1917, que, quarenta e tal anos mais tarde, foram populares junto dos soldados na Guerra Colonial (citado em Vakil 1999).

<sup>2</sup> Sobre o assunto, v. Alves (1999, 75-76) e Ferreira (1986).

*Presença e Guerrilha*,<sup>3</sup> eram feitos apelos às mães portuguesas para que sacrificassem os seus filhos «pela Nação» (cit. in Pimentel 1996, 639), nos jornais da época, nacionais e principalmente regionais, eram aplaudidas as mulheres que tinham muitos filhos e que os «davam» para a defesa do ultramar português, eram publicadas cartas de mães portuguesas, que reproduziam o discurso patriótico do regime, estimulando os seus filhos à luta no ultramar, atitudes que aliás relembram a propaganda de guerra tradicional que liga maternidade, nacionalismo e militarismo. Mas era também nestas revistas que se proclamava a «missão muito certa» das mulheres-esposas que acompanhavam os maridos vivendo «dois anos em África» com a missão de «valorizar a mulher negra» (citado em Pimentel 1996, 639).

Cabe então perguntar: seria esta ida das mulheres para África, em acompanhamento dos seus maridos na guerra, parte de uma política traçada nos termos tradicionais, corporativos e ideológicos do regime ao combinar a missão familiar (acompanhar o marido, na retórica da política de família do Estado Novo) com a missão civilizadora («valorizar a mulher negra»? Qual seria de facto o papel destas mulheres? Pensar-se-ia em colonizar com pessoas que, por definição, estavam numa situação transitória como são as comissões de serviço em tempo de guerra? O que é que elas fizeram lá? Que marcas deixaram nas sociedades em que participaram? E que marcas trouxeram?

Como defende Roberto Vecchi (2011) a Guerra Colonial é o momento máximo, e já patológico, da expressão do desígnio português no mundo e da sua mitologia política definidora de Portugal como a «excepção atlântica». Nesse sentido se entende que, ao mesmo tempo que decorria a Guerra Colonial, o regime estimulava a ida de famílias para colonizar as terras africanas, oferecendo passagens, concedendo empréstimos para explorações agrícolas através das Juntas Provinciais de Povoamento e outras facilidades, como tão bem estudou Cláudia Castelo (2007) em *Passagens para África*.

Nos jornais da época e na revista *Permanência* – publicada pela Agência Geral do Ultramar, dedicada ao Portugal de além-mar e cujo nome não nos deixa dúvidas sobre as intenções da publicação – é dada notícia deste movimento, estimulado pelo regime através de uma legislação que apontava o ultramar como o destino de emigração dos portugueses eu-

<sup>3</sup> *Presença, Revista do Movimento Nacional Feminino*, publicação mensal dirigida por Luíza Manoel de Vilhena, e *Guerrilha*, revista mensal, dirigida por Cecília Supico Pinto e tendo como chefe de redacção, primeiro, Martinho Simões e depois, Mário Matos Lemos.

ropeus, assim tentando contrariar o fluxo migratório para a Europa, que ia minando a opção ultramarina que a Guerra Colonial pretendia reafirmar. Por seu turno, nas revistas do Movimento Nacional Feminino, são vários os textos que defendem, na linha do regime, a presença portuguesa em África, fazendo um apelo a um acompanhamento da acção militar por uma política rápida e sólida de colonização.<sup>4</sup> E nesta altura não se estava seguramente a falar de uma colonização masculina, mas antes de famílias de portugueses europeus, pois, como dizia Maria Archer, referindo-se à falha da colonização portuguesa em África, «uma civilização só se fixa e define através da mulher» (Archer 1963, 166). Ora, se na ordem estado-novista «a família é a fonte de conservação e desenvolvimento da raça» e o «fundamento de toda a ordem política» (citado em Cova e Pinto 1997, 73), e se se ia para a guerra defender a ordem política da nação, que melhor maneira poderia haver para impor/proteger/regerar a ordem vigente?

No entanto, a análise dos testemunhos que recolhi no âmbito de um trabalho mais vasto sobre as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial, publicados em *África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial* (Ribeiro 2007), bem como o estudo da legislação da época relativa aos apoios por parte do Estado à deslocação e manutenção de militares não me levam a concluir que houvesse uma política previamente pensada, ainda que existissem certas facilidades e um estímulo de difícil interpretação. Houve antes uma política de apoios que era consequência da longevidade da guerra. Assim, a lei de transportes que vigorava à data do início da guerra em Angola datava de 1931, referindo-se, portanto, a um tempo de paz. Seguiram-se vários despachos, que adaptavam esta lei às condições de guerra, estabelecendo as normas para a execução de transportes, e logo em 1962 é referido o transporte de famílias de militares.

<sup>4</sup> V., por exemplo, o seguinte texto de Pedro Cabrita: «[...] que se faz para além do esforço militar para permanecermos lá? Na resposta a esta pergunta encerra-se o julgamento futuro que a Nação vai fazer aos governantes de hoje. E, se eles não envidarem todos os esforços no único sentido válido, mal vai a Nação, pior irá a Pátria. E o único sentido válido sai desta verdade: se em quatro ou cinco anos não forem qualificados na Metrópole (e qualificados técnica, cultural e politicamente) centenas de milhares de portugueses metropolitanos capazes de irem para Angola e Moçambique e se não forem colocadas essas centenas de milhares de portugueses no Ultramar, Portugal sairá de África. A opção do Governo, portanto, só pode ser uma: criar condições através da acção de todos os Ministérios (desde o mais político ao menos político) para que seja possível colocar em Angola e Moçambique, no mais curto espaço de tempo, centenas de milhares de portugueses metropolitanos. [...] A grandeza da ideia ultramarina – e essa é a ideia de Portugal – exige colada a esse sacrifício [dos jovens militares] toda uma enorme tarefa de povoamento, de progresso económico, cultural e social» (Cabrita 1964, 5).

Mais tarde, em 1964, normalizava-se o transporte das famílias indicando os requerimentos a fazer pelos militares para obter estas viagens, a hierarquização de competências e responsabilidades relativamente ao transporte, as condições impostas e o processamento de embarque, tornando assim mais assumido o exercício deste direito por parte dos militares. No entanto, só em Junho de 1969, quando eram já visíveis os sinais de cansaço da guerra e se tornava necessário aliciar os militares em permanentes comissões de serviço em África, é que, através do Decreto-Lei n.º 49 107, de 7 de Julho de 1969 (art. 21.º), se estabelecem as várias situações das famílias de militares relativamente a direitos e deveres. De acordo com o documento, todo o pessoal nomeado por oferecimento ou por escolha, além dos direitos em vigor, tinha também direito a: transporte da família por conta do Estado para a «província ultramarina» e de regresso para a nova colocação do militar; tratamento médico por conta do Estado; assistência médica e medicamentosa para as famílias durante o período da comissão; alojamento por conta do Estado na localidade da guarnição ou subsídio de renda de casa. Aqueles que tivessem sido nomeados por imposição poderiam gozar dos mesmos direitos, caso já tivessem efectuado uma comissão de serviço, por imposição ou por escolha, posterior a Janeiro de 1961. Em 19 de Agosto de 1969, nas normas executoras do referido decreto-lei, eram definidas algumas directivas importantes, nomeadamente a exigência de que a família do militar a viajar por conta do Estado permanecesse em território ultramarino por um tempo mínimo de doze meses, salvo casos especiais. Consultando o arquivo do Depósito Geral de Adidos, a instituição militar que tratava da logística de todo o tipo de viagens entre Portugal e os vários territórios ultramarinos, encontrei inúmeros processos de militares solicitando viagens por conta do Estado para as suas famílias, listas de famílias a embarcar e que embarcaram, correspondência entre o serviço do Depósito Geral de Adidos e as famílias dos militares.

Observando as listas de famílias a embarcar, verifiquei que a grande maioria das mulheres viajava com filhos pequenos: são vários os casos de crianças de meses e raramente ultrapassam os dez anos, indicando-nos assim que se tratava de jovens casais. As origens geográficas destas famílias cobrem todo o território português continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. As origens sociais, que inferimos pelo posto do militar, são também diversas, o que determinava uma hierarquização relativamente ao meio para viajar. Assim, por exemplo, as mulheres de oficiais viajavam de barco em 1.ª classe ou de avião na chamada posição «excedentária», sobretudo a partir de 1967, altura em que a Força

Aérea começou a assegurar grande parte dos transportes, enquanto, por exemplo, as mulheres de sargentos viajavam de barco em 2.ª classe e, no caso de quererem viajar de avião, tinham de pagar a diferença. Os destinos destas famílias eram os esperados: Bissau, na Guiné; Luanda, Carmona, Luso, Sanza Pombo, entre outros, em Angola; Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Macimboa da Praia, Nampula, em Moçambique. A maioria das mulheres e famílias ficava nas cidades, mas também houve muitas que viveram no mato, em casas próprias em pequenas povoações adstritas aos quartéis ou na própria área dos quartéis, dependendo da autorização dos comandantes. Quanto às condições de instalação lá, as situações são extremamente diversas e resultam mais de adaptações ao que já existia e de outros ajustes e conveniências do que de um planeamento previamente delineado, sendo que a messe era, muito frequentemente, o lugar de chegada.

Um outro aspecto importante destas listas é a indicação de um elevado número de desistências ou a indicação de «viagou por conta própria», tornando assim impossível seguir as famílias até aos seus destinos, levando-me a repetir com Charles Boxer (1975), falando das mulheres portuguesas em rota para a Índia no início da expansão, que falar de números é impossível. Os motivos das desistências, explicados na correspondência enviada pelas senhoras ao comandante da Direcção Geral de Adidos prendem-se com vários aspectos, de natureza doméstica ou profissional, entre os quais: à data da viagem o militar encontrava-se numa zona onde já não era possível estar com a família; a família ter sido avisada da data de embarque muito em cima da hora, sem possibilidade sequer de cumprir o prazo de dez dias para tomar as vacinas necessárias antes do embarque; o ano escolar tinha-se iniciado e os filhos estavam a estudar, não sendo portanto conveniente a sua deslocação; nascimento de um bebé, as doenças das crianças, etc. De acordo com a legislação, a família deveria ser avisada pelo menos com trinta dias de antecedência, mas isso raramente acontecia, como podemos inferir da correspondência. Também na correspondência que solicita informações sobre a viagem são frequentemente evocados motivos domésticos ou ligados à educação dos filhos para solicitar as viagens em determinados períodos. Mas encontramos também muitas senhoras que tinham profissões, nomeadamente professoras do ensino primário ou secundário, que solicitavam uma ida antes do início do período escolar no ultramar, deixando-nos assim antever que iam trabalhar. Outras, normalmente mulheres de patentes militares mais elevadas, solicitavam a viagem para uma serviço, como então se dizia, para as auxiliarem na educação dos filhos, numa

terra «de hábitos tão diferentes». Mas é também nos casos de patentes mais elevadas que há mais desistências. As mulheres que normalmente não desistiam eram mulheres de cabos, de furriéis, de sargentos e até de soldados, estas raras, muito raras. Apesar de esta legislação se destinar, em princípio, a militares do quadro, há também indicação de que seguiram viagem por conta do Estado algumas (muito poucas, no geral) mulheres ou famílias de oficiais milicianos, que normalmente viajavam por conta própria. Falando com pilotos da Força Aérea Portuguesa de então, hoje na reforma, recordam a aventura do transporte dessas famílias nos aviões, cheios de tropas, correio e carga e certamente desconfortáveis para quem viajava com crianças ao longo de tantas horas, com diversas escalas e por rotas nem sempre directas, pois a Força Aérea Portuguesa estava impedida de sobrevoar grande parte da África subsariana.

Outros militares, quando confrontados com a questão da importância da presença das suas mulheres durante a guerra, reconhecem-lhes um papel fundamental na manutenção de uma certa aura de normalidade familiar num teatro de guerra. Alguns reconhecem-lhes também um importante papel no exterior da casa portuguesa que elas transpuseram para África, nomeadamente na acção social e no ensino. Muitas das mulheres que viveram em África apenas acompanharam os seus maridos e em África tiveram os seus filhos, mas muitas também trabalharam no apoio às populações, normalmente ligadas a missões religiosas, prestaram cuidados médicos e de enfermagem, foram professoras em vários níveis de ensino, fizeram trabalho de secretariado nos serviços das próprias Forças Armadas ou em empresas, foram quadros de empresas, foram costureiras ou empregadas de comércio. O registo destes passos consta dos registos biográficos profissionais de cada uma, e no Arquivo do Ministério da Educação pude verificar que a sua contribuição foi fundamental para um considerável incremento da educação com a criação de muitas escolas primárias, liceus, institutos. Ao longo dos anos 60, e sobretudo comparando com a década anterior, é significativa a numerosa legislação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Ultramar, que visava, por um lado, dotar as colónias portuguesas de mais estabelecimentos nos vários níveis de ensino, e, por outro lado, uniformizar o mais possível todas as situações com a então Metrópole.

Nos depoimentos que recolhi de mulheres que acompanharam os seus maridos, publicados em *África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial* (Ribeiro 2007) é notório que para muitas destas mulheres a vivência em África, e em particular em Moçambique, caso aqui sob estudo, foi o momento de início de vida conjugal fora das peias fa-

miliares tradicionais, muitas vezes de início de uma vida profissional fora do quadro esperado à saída dos liceus das escolas técnicas ou da universidade, e nesse sentido foi, em termos individuais, um momento emancipador.

De um ponto de vista político, para muitas destas mulheres, aliás à semelhança dos homens, a vivência de África foi também o encontro com a realidade do que era o império, fora das imagens dos calendários das missões ou dos mapas escolares, foi a percepção sobre o que significava «um grande território para um pequenino país colonizador» e muitas vezes o desvendar do «logro enorme» que sobre tudo isto se tecia e que levaria à inevitável e irreversível ruptura.<sup>5</sup> Por isso, quando solicito às minhas entrevistadas uma síntese de palavras para definir este tempo, os pares «felicidade e angústia», «liberdade e medo», «aventura e ansiedade», sucedem-se, mas também, e unicamente, «asfixia» ou «esmagamento», atestando na violência intrínseca às palavras escolhidas a crise de identidade pessoal, familiar e nacional que terão experienciado. Quase todas recordam este tempo com a doçura com que todos nós recordamos a juventude, a paixão pelo marido, os primeiros anos de casamento, os filhos pequenos, mas também os voos de helicópteros e aviões que traziam os feridos, os boatos que alimentavam a guerra, os casamentos apressados por causa da guerra e os desencontros:

Casei por procuração no dia 20 de Novembro de 1970, pelo registo civil. [...] Eu casei de uma forma invulgar, mas muito simples, numa situação que me deu a possibilidade de fuga ao esperado e sem conflitos... [...] Marquei a viagem num voo da TAP, via Luanda, com destino à Beira, em Moçambique. [...] Eu nunca tinha saído do país, tinha vivido no Instituto de Odivelas uma grande parte da minha vida, e encontrava-me sozinha numa aventura daquelas. [...] «Casadinha de fresco», num quartel no meio do mato africano. O meu marido estava à minha espera, feliz por me ver. E já se sabe, aquilo eram só «bocas» e observações malandras por parte dos presentes..., e eu ali no meio daqueles homens todos. [...] O meu marido ficou 2 ou 3 dias comigo. Num domingo ainda fomos passear com o capitão e a mulher — aquela região era muito bonita —, tendo depois o meu marido ido para o seu destacamento. [...] Eu fiquei em Vila Coutinho, onde em princípio não havia perigo [...] e onde já estavam a mulher do sargento e a mulher do furriel enfermeiro com o filho. À hora do almoço vinha um jipe buscar-me [Ribeiro 2007, 174-177].

<sup>5</sup> Citações retiradas da entrevista de Inês Pedrosa a Lídia Jorge (Pedrosa 1988, 10).

Ao fim de um mês de me conhecer – eu conheci-o em Maio –, em Junho, já estava pedida em casamento. Ele estava mobilizado para ir para África, ia em Janeiro e queria casar. Ainda por cima a minha irmã que já tinha um longo namoro tinha pensado casar em Dezembro. Tudo isto precipitou o meu casamento: a minha irmã namorou cinco anos, eu namorei cinco meses. Casámos no mesmo dia, no nosso dia de anos, em Dezembro, tinha vinte e um anos. Toda a gente achou muito graça e eu fui um bocado nessa embalagem. [...] A guerra, a mobilização precipitou o meu casamento e eu fui embalada naquela decisão – aliás depois andei embalada vinte e cinco anos. Lembro-me de pensar «mas eu não quero casar nessa altura, é muito rápido», mas depois, as coisas de antigamente «Ah! parece mal, já estás pedida em casamento e ele vai-se embora» e aí eu cedi [Ribeiro 2007, 127].

Quando chegámos ao aeroporto de Lourenço Marques estava o meu marido à espera, no meio de outros homens que também aguardavam as suas famílias. No encontro ou no reencontro uma pessoa fica hesitante. A separação – apesar de se manter a correspondência e tudo isso – cria espaçamentos. Primeiro que se reate a vida, há um intervalo e especialmente com crianças. O meu filho mais velho ficou todo entusiasmado com o pai, e o pai todo entusiasmado com ele, mas o mais novo não queria o pai, houve uma reacção negativa que se prolongou. Quando o meu marido partiu ele tinha três meses, e agora estava com catorze, não tinha havido uma vinculação afectiva e, portanto, o pai era um desconhecido [Ribeiro 2007, 73-74].

Os testemunhos que delas podemos recolher levam-nos a pensar sobre quanto a guerra terá alterado as relações entre os dois sexos, no domínio público, ao deixar as mulheres entrar para o mercado de trabalho com uma segurança nunca antes conhecida, e no domínio privado, ao quebrar tabus e transformar as relações entre namorados, marido e mulher. As mulheres que entrevistei, quando questionadas sobre as suas motivações para ir para África em plena Guerra Colonial, repetidamente repetem a minha pergunta na primeira pessoa – porque é que fui, porque é que fomos nós mulheres? – acabando por responder.

A questão de ir com o meu marido era absolutamente pacífica para mim, era o que eu desejava, aliás nunca me passou pela cabeça ficar em Portugal. A fazer o quê? Se me casava era exactamente para poder estar com o meu marido e, na altura, a vida dele estava em África portanto eu queria e tinha que estar lá. [...] Por isso, quando após o nosso casamento se colocou em termos familiares a questão de eu ir para África, a minha família aceitou bem, fazia parte da época em que vivíamos. E a mim a ideia de viajar, conhecer outras coisas, novos ambientes também me agradava. [...] Viajei em aviões da Força Aérea, que aliás disponibilizava aviões ou pelo menos lugares para as famílias. Era um procedimento habitual [Ribeiro 2007, 208-209].

O meu marido tinha ido primeiro e eu fui depois de barco, sozinha. [...] O meu único momento de hesitação foi o da despedida. [...] «O que é que eu faço?» Mas lá fui. [...] Fiz uma viagem maravilhosa: como mulher de sargento viajei em 2.ª classe, tudo pago pelo Estado, porque o meu marido era militar. Iam muitas senhoras em 2.ª classe como eu e outras mais arranjadas em 1.ª classe, mulheres de oficiais. Fazíamos uma vida como eu nunca tinha feito: cinema, festas maravilhosas, criados para nos servir. [...] Havia muitas raparigas novas que iam de viagem, casadas como eu, que iam ter com os maridos, outras casadas por procuração, outras casadas por correspondência, que iam conhecer o marido quando chegassem. Situações impensáveis hoje mas naquela altura aquela era a vida de muitas mulheres portuguesas [Ribeiro 2007, 143-144].

Esperei que o meu filho nascesse e quando tinha um mês embarcámos. Estivemos para ir de avião. Porém fomos de barco, porque eu queria levar uma empregada comigo e ela só poderia ir de barco, como «colona», nos programas que então havia. Acabámos por ir todos de barco, em 1963. A nossa viagem foi paga pelo Ministério do Ultramar, porque eu ia como professora efectiva. Gostei imenso, imenso da viagem. Encontrei-me a bordo com duas colegas do liceu que iam ter com os maridos, militares em Angola. Lembro-me que quando cheguei a África senti que tinha recebido um presente encantado [Ribeiro 2007, 203].

As motivações para a ida são assumidamente privadas, mas muitas hoje apontam a habilidade política do regime em ter mantido estas opções como privadas e pessoais nunca as deixando transbordar para o domínio público e colectivo. Desta forma, e de acordo com a opinião de algumas das minhas entrevistadas (é importante sublinhar que não se trata de um julgamento colectivo), o regime comprometeu as mulheres com a guerra e sem se comprometer e sem grande esforço proporcionou uma situação de luta em duas frentes, mas também de alguma normalidade. Como me dizem, «nós acolhíamos, humanizávamos, simplificávamos a vida e vivíamos a guerra com eles».

Era quase Natal e a ideia [Natal do Soldado] de facto veio-me de dentro, perante aquilo que ia observando. Pensei que assim poderia dar algum conforto àqueles rapazes que estavam ali tão longe das famílias. [...] Acho que a festa acabou por correr muito bem, só que o meu marido não pôde estar comigo. Mas penso que todos os militares ficaram felizes, cantando, pulando, esquecendo por um bocado aquela vida onde todos nos encontrávamos e que nos tinha reunido. [...] Na minha opinião, a presença das mulheres contribuía para melhorar as condições deles, com palavras, com festas, com mais conforto [Ribeiro 2007, 178].

Penso que esta estadia das mulheres em África durante a Guerra Colonial foi muito importante para eles, porque nós constituíamos um apoio importante, esperávamos por eles, cuidávamos das coisas para que tudo fosse normal. Diga-se em abono da verdade que era uma bela vida, nós não fazíamos nada. Os trabalhos da casa eram feitos por criados, a roupa ia para os mainatos, as refeições vinham da messe e ainda tínhamos uns rapazinhos de onze, doze anos para entreter as crianças [Ribeiro 2007, 132].

Com o meu marido não, falávamos da guerra. Ele estava na base, era médico, as coisas eram muito canalizadas para ele e por ele. Falava muito desse dia-a-dia, tanto da primeira vez, portanto em 63, como depois da segunda vez que fomos, em 71/72. [...] Em 71/72 notava-se que tudo estava a abanar. Mais instabilidade, as coisas estavam claramente a fugir. As pessoas que não eram de lá estavam desejosas de vir embora e os próprios negros estavam muito inseguros [Ribeiro 2007, 204].

Aquele tempo africano foi de facto muito importante para nós, para nos conhecermos e tentarmos estar bem, longe de tudo o que era a vida normal, a família, o trabalho, o quotidiano. Foi um tempo muito cúmplice, em que a juventude ajudava a pensar que tudo iria correr bem e sem dramas, mas foi sobretudo um tempo de muita paixão e muito amor [Ribeiro 2007, 181].

Saindo da esfera da vida privada, muitas mulheres reconhecem o incremento que a sua presença deu ao ensino local, atribuindo assim a esta experiência uma relevância pública, mas também privada, na medida em que este contacto lhes proporcionou uma visão outra sobre as várias populações locais que na escola se juntavam. Colocadas na margem do universo da guerra, registaram esta experiência, ouviram, observaram, traçaram relações com o poder e foram revelando um olhar outro, elaborando uma razão outra, sobre as razões do conflito bélico que me parece interessante conhecer e registar.

Depois do Natal fomos viver para dentro do quartel, no interior do arame farpado. Os soldados construíram uma caserna e passei a viver lá. Foi em Fevereiro de 1971 que mudei, o meu marido não estava, e ali as mulheres estavam mais protegidas. E foi aí, depois daquele susto inicial da mina na picada e mais perto do quotidiano dos militares, daquela vida, que de facto me perguntei sobre as razões que levavam o meu marido a estar ali, a estarmos ali todos com a vida suspensa no meio do mato africano [Ribeiro 2007, 178].

O meu marido era antimilitarista, contra a Guerra Colonial, e em Moçambique, como miliciano, procurou sempre ser muito discreto. [...] Nós sabíamos que a guerra não nos ia atingir directamente, nas suas consequências dramáticas, mas sempre achámos que aquela guerra era injusta e desne-

cessária, embora tivéssemos posições um pouco diferentes. [...] Para mim, o problema era bastante mais complexo. Eu tinha feito parte da população residente daquela terra, tinha família lá e, portanto, pensava nos problemas que poderiam atingir os brancos, se a sua situação não fosse acautelada, num quadro de independência ou descolonização apressada [Ribeiro 2007, 219].

África, para mim, foi um encantamento. Era tudo tão novo, tão diferente, tão agradável, tão interessante!... Tudo mexia tanto comigo que eu fiquei embrenhada em todas as novas sensações que ia tendo. E confesso que não me apercebi logo da guerra. Mas comecei a aperceber-me de maneira relativamente rápida. Aqui em Portugal, as pessoas minhas amigas que tinham filhos na guerra escreviam-me dando notícias das mortes que iam ocorrendo. [...] Lá, o meu marido contactava com aviões que chegavam à base com imensos homens muito feridos. Houve também o contacto com outra realidade, que me faz pensar muito. A trabalhar no liceu, onde estava como professora efectiva, verifiquei que os meus colegas eram ou residentes em Moçambique ou mulheres de oficiais lá em serviço, todas muito jovens e que não tinham sequer os cursos terminados. Para além de mim, como efectivas devia haver muito poucas e não havia um único professor negro ou mulato. Nas turmas havia alunos de todas as raças. No 1.º ciclo, que estava integrado no liceu, havia muitos negros, no 2.º ciclo também e também muitos indianos, paquistaneses e orientais, de Macau, da China e também nórdicos. No 3.º ciclo é que já havia notoriamente mais brancos. Acho que só tive duas alunas e um aluno negros... [...] Para além da minha vida na escola, havia o meu contacto com o resto da sociedade, mais ligada aos militares e à cidade. Havia uma rede de solidariedade entre os brancos que tinham vindo de Portugal e havia uma sociedade branca, local, que vivia comodamente instalada com o seu chá, o seu jantar, o seu almoço e as suas amigas. [...] Eram senhoras muito simpáticas, mas que tinham uma maneira de estar muito diferente da minha. Não trabalhavam, estavam longe de tudo, ou melhor, não se interessavam pelo que se passava. Para elas, tudo parecia que não lhes dizia respeito, e para mim tudo estava muito presente e próximo. Eram pessoas muito alheias e isso fazia-me muita impressão. [...] Ali, naquela cidade, com aqueles alunos, percebi que o meu trabalho era válido. Acreditei que mudaria a vida das pessoas [Ribeiro 2007, 204-205].

No pós-guerra, foi mais uma vez sobre as mulheres que caiu a expectativa do regresso a uma certa normalidade. Mas o pós-guerra da Guerra Colonial não criou uma Ilha dos Amores como Camões poeticamente tinha previsto para regenerar os homens da violência que todas as guerras importam: muitos casais separaram-se no rescaldo da guerra, mas muitos mantiveram-se unidos, cúmplices desse tempo africano nem sempre fácil de contar aos filhos, outros foram lidando com situações complicadas,

dramas psicológicos e desajustamentos que foram transformando para sempre as relações familiares, ao transferir a violência da guerra para o espaço doméstico.

Mas o regresso fez-me também ver que o grande problema da guerra não é só a guerra em si, mas o pós-guerra, as consequências e as sequelas terríveis que se trazem da guerra e daquele treino militar que deforma a personalidade. [...] Experimentei intimamente as sequelas da guerra: é de uma crueldade extrema! Sofri-as e vi-as no meu marido, que vinha completamente desequilibrado, com problemas de alcoolismo que, aliás, já trazia de Nampula. [...] Lembro-me de ele começar a beber de manhã, por volta das dez horas, e tornou-se extremamente agressivo. Começou a maltratar sobretudo o filho que sempre rejeitou e a mim. E partir do final de 78-79, 80-81, até 84, foi a pior guerra que eu vivi. Sentia-me violentada, muitíssimo isolada, porque vivíamos no Porto, onde não tinha família. E não fazia parte da minha educação estar a falar. [...] Mas uma vez eu tive de o denunciar à polícia. Voltaram aquelas amigas do tempo da tropa, e um dia em que eu tinha saído com os meus filhos, destruíram o meu carro à catanada. O carro ficou no chão, inutilizado, fiquei sem ele. E foi nessa altura que saí de casa com os meus filhos, fugi, fugi durante muito tempo... O caso foi denunciado à polícia – até porque envolvia terceiros – e pediram-me para descrever o acontecido. Percebi que a polícia tinha conhecimento destas situações, o meu caso não era único [Ribeiro 2007, 80-81].

Quando saí de Moçambique [...] sentia que se tinha aberto uma ruptura que demoraria a absorver e, por outro lado, queria reiniciar a minha vida de casada em Portugal, queríamos ter filhos, um trabalho, uma casa. Nesse aspecto, o regresso foi simples, foi fácil arranjar emprego, porque havia uma grande necessidade de professores. [...] Eu ainda não tinha terminado a licenciatura, faltava-me apresentar a tese final. A tese de licenciatura tinha sido, entretanto, abolida mas, em sua substituição, era necessário fazer um trabalho de pesquisa final e eu, que vinha bem documentada sobre Moçambique, escolhi como tema o estudo de dois poetas moçambicanos: Noémia de Sousa, que era quase desconhecida, e José Craveirinha, de que agora tanto se fala, mas que, na altura, também era quase desconhecido. Portanto, o meu trabalho foi, penso eu, o primeiro trabalho sobre Noémia de Sousa e José Craveirinha apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Ribeiro 2007, 222-223].

Ter ido com o meu marido, estar lá, ver e participar com ele em muitas coisas foi muito importante na altura e foi também um factor essencial para que o nosso regresso fosse pacífico, sem rupturas. Mais tarde percebi também que termos estado juntos em Moçambique foi muito importante para que conseguíssemos, juntos e ao longo dos anos, transmitir os nossos valores e as nossas memórias às nossas filhas [Ribeiro 2007, 181].

A presença de mulheres em África acompanhando os seus maridos em missão na Guerra Colonial proporcionou uma maior estabilidade aos portugueses europeus deslocados na guerra, que assim partilhavam com as famílias o dia-a-dia, transformavam uma ausência de dois anos em saídas ou operações de um/dois meses e deu a uma classe média jovem a vivência de África, não só como um lugar distante onde se vai para a guerra, mas também como um lugar onde se vive em família, nascem filhos, se formam crianças portuguesas, se convive com os amigos, se comemoram os dias nacionais e onde brotavam oportunidades de trabalho que não havia na Metrópole, pois a guerra acelera as economias, animando assim as pessoas a ir ficando ou, por outras palavras, a ir colonizando/emigrando/fazendo a guerra, como um gesto inconsciente enquanto tal. De alguma forma, as mulheres, ao «completarem» a moldura como lhes era requerido, terão contribuído para a manutenção de uma certa estabilidade, não só porque com a sua ida mantiveram a célula familiar junta – o que nem sempre significou unida –, como também pela contribuição social que prestaram. Acredito que muitas das mulheres que foram para África, acompanhando os maridos na guerra, colaboraram, voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projectar. No entanto, e como é também visível nos depoimentos que pude obter destas mulheres e na literatura que ficcionalmente as refere,<sup>6</sup> havia outras mulheres portuguesas que parecia não encaixarem na moldura requerida e esperada.<sup>7</sup> Elas acompanhavam, mas questionavam, elas viam, interrogavam e julgavam, acabando por se re-

<sup>6</sup> Em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988), Evita e Helena de Tróia dominam o cenário que tem na retaguarda outras mulheres, cujas identidades ora se definem em conjunto – as «mulheres do Stella» (Jorge 1988, 119) as «raparigas de cabelo passado a ferro», «mulheres dos vestidos sem costas», «raparigas de cabelo comprido» ou «de cabelo em forma de colmeia» (Jorge 1988, 116), «uma moldura de mulheres que habitam o Stella» (Jorge 1988, 232) – ora em relação ao marido, incorporando o seu nome ou a sua categoria militar – a mulher do Ladeira, do Zuriq, do Góis, do major, «a mulher do Astorga», «a mulher do Fonseca» (Jorge 1988, 109), «a mulher do capitão Pedro Deus» (Jorge 1988, 110), «a mulher dum capitão piloto-aviador» (Jorge 1988, 19), «uma mulher de alferes» (Jorge 1988, 21). Todas estas mulheres, descritas de forma pouco elogiosa e irónica pela narradora viviam no *Stella Maris* mais preocupadas com as promoções e oportunidades de ascensão social e de riqueza que a guerra trazia do que com os perigos que os maridos corriam. «As mulheres do terraço [...] ouvindo o piloto [...] sabiam que estavam em fila, esperando que os seus homens desempenhassem um papel histórico» (Jorge 1988, 114), diz-se também em *A Costa dos Murmúrios*.

<sup>7</sup> V. as protagonistas de *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988), e de *Percursos do Luachimo ao Luena*, de Wanda Ramos (1981).

velar essenciais numa maneira outra de pensar a Guerra Colonial e de a transmitir para além da memória familiar às novas gerações:

Mas a guerra está nas nossas memórias pessoais e colectivas. Ainda há pouco tempo um motorista de táxi me disse inesperadamente, durante uma viagem, que não conseguia ver filmes de guerra, não aguentava. Há coisas que não se falam em família, mas que de repente surgem assim com um desconhecido... Ninguém fica indiferente. Foram situações de grande violência, de grande barbaridade, mas não é isso que é suposto que aconteça numa guerra? [Ribeiro 2007, 84].

Para todos nós, acho que esse tempo africano é um tempo de saudade e foi muito importante estarmos sempre juntos. Na altura, os meus filhos não se aperceberam da guerra, do que era a guerra, porque a guerra não se sentia no nosso dia-a-dia. [...] Acho que a primeira vez que viram algo pouco comum foi quando viemos da primeira vez. Viemos num avião de carga até Lourenço Marques. Nessa viagem, viram muita gente sentada em caixotes, rapazes que vinham da guerra... sem olhos ou com feridas esquisitas e ficaram muito impressionados. Mas, de resto, viveram sempre num clima de paz, de amizade, num ambiente bom. Tenho muita pena do parto complicado que foi a descolonização. Era um parto que já devia ter ocorrido há mais tempo e que, da maneira como acabou por ser feito traumatizou muita gente. [...] Quando me lembro da primeira vez que ouvi falar da guerra em África foi em 60/61 com a história do barco que Henrique Galvão tinha desviado, o «Santa Maria», que depois foi por ele baptizado de «Santa Liberdade», mas foi apreendido. Foi aí que eu despertei [Ribeiro 2007, 205-206].

Quem esteve em África tem direito a essa memória. Nós não podemos negar o passado, e o passado não deve ser esquecido, sob pena de ele se tornar um fantasma no presente. E o futuro só se constrói com o passado e o presente. É preciso entender que nós vivíamos numa sociedade ditatorial, de ignorância e apolítica e que os militares que iam para África, iam para a guerra cumprir um dever. Se houve alguns que deixaram o país – uns por consciência política, outros fugindo da guerra por medo –, a maioria dos jovens da altura foi para África entendendo essa ida como um sacrifício exigido pelo país e uma missão, sem mais. Mas penso que todos, de alguma forma, pagaram as suas escolhas e as suas não escolhas. Uns porque participaram numa guerra, com tudo o que isso representou nas suas vidas, como sofrimento, atrasos nos estudos e nas carreiras, sequelas. Outros porque, ao desviarem-se de um destino esperado, fizeram mudanças radicais que tiveram também um preço nas suas vidas, como mudar de país, deixar família e amigos, e ter que subsistir em meio estranho. E todos temos direito a essa memória [Ribeiro 2007, 181].

Os depoimentos femininos que obtive, na sua precariedade e no seu difícil e comprometido equilíbrio entre a gratificante experiência de dar o testemunho e a experiência potencialmente traumática da revisitação,<sup>8</sup> revelam outros olhares sobre a guerra, outras razões da guerra, outras vivências do pós-guerra e, naturalmente, outras memórias. Nas suas diferenças e no seu conjunto eles veiculam uma ética de reconhecimento e de responsabilidade solidária capaz de contribuir para gerar uma memória cultural colectiva da Guerra Colonial e não apenas uma memória cultural individual,<sup>9</sup> e uma ética de representação da Guerra Colonial num sentido individual e colectivo tem de facto de passar pelas vozes masculinas e femininas, para que seja participada e historicamente reconhecida como de todos e não apenas como de um grupo que, por acidente histórico, nela participou, hoje os ex-combatentes e as suas famílias.

<sup>8</sup> Adapto aqui a ideia de Luísa Sales (2006, 73-80) e de Roberto Vecchi (2001, 396-397).

<sup>9</sup> Sobre este assunto, v. Ribeiro (2004, 420-421).